

Contratação pública eletrónica

Portugal na linha da frente

Texto Isabel Pereira

A contratação pública, em Portugal, já não é um pesadelo burocrático, com quilos e quilos de papel. O modelo de e-Procurement seguido no país é, inclusive, exemplo para toda a Europa.

O Código dos Contratos Públicos (CCP), instituído pelo Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro, abriu caminho à desmaterialização dos procedimentos de contratação. A norma tornou obrigatório o recurso a meios eletrónicos, em todas as fases dos concursos públicos.

O ano 2009 marca, assim, o nascimento das plataformas eletrónicas de contratação pública. É neste suporte que, desde 1 de novembro 2009, decorrem todos os procedimentos de formação de contratos públicos: a publicação de anúncios (e-notice), a disponibilização dos documentos do procedimento (e-access), a submissão de propostas (e-submission), a análise das mesmas e a comunicação da decisão final.

Ao longo dos últimos anos, tem vindo a operar-se uma verdadeira revolução nesta área. “Processos que eram demasiado pesados, morosos e pouco transparentes, tornaram-se rápidos e eficientes”, salienta o Diretor da Unidade de Negócio de Compra Eletrónica da Saphety, Pedro Costa.

A desmaterialização facilitou ainda o “acesso de diferentes fornecedores aos concursos, uma vez que elimina constrangimentos geográficos e reduz custos”, realça Isabel Pacheco, Diretora Comercial da Miroma. Com esta mudança de paradigma, todos ganham. “Há maior confiança nos processos de compra do Estado, consequentemente, maior concorrência nos fornecedores e mais ganhos para as próprias Entidades Públicas”, acredita o CEO da Ano Software, Manuel Amorim.

Há em Portugal, neste momento, cinco plataformas eletrónicas licenciadas, para contratação pública: a AcinGov (da empresa Academia de Informática, Lda.), a anoGov (da ANO - Sistemas de Informática e Serviços, Lda.), a Compras.pt (da Miroma – Serviços e Gestão de Participações, Lda.), a SaphetyGov (da Saphety Level - Trusted Services, S.A.) e a Vortal Gov (da Vortal, Comércio Electrónico Consultadoria e Multimédia, S.A.).

Existe ainda um portal que agrega toda a informação sobre Contratação Pública, que dá pelo nome de BASE (www.base.gov.pt). À medida que os procedimentos pré-contratuais se desenrolam, as plataformas eletrónicas de contratação enviam, ao Portal BASE, a informação sobre os concorrentes e sobre o contrato público a celebrar. Desta forma, existe uma centralização da informação sobre procedimentos de contratação em curso; sobre os contratos públicos celebrados; e, sobre conteúdos técnicos e legislação relevante.

Tecnologia em evolução

O modelo adotado por Portugal fez do país um caso de estudo internacional, uma vez que o aparecimento de várias plataformas, em concorrência, incentivou a inovação tecnológica e a melhoria contínua do sistema de contratação pública.

Para que sejam certificadas pelo Centro de Gestão da Rede Informática do Governo, as plataformas têm, hoje, de obedecer a um rigoroso conjunto de requisitos técnicos e funcionais a nível de segurança, integração com sistemas externos e suporte aos utilizadores. Como por exemplo, garantir a autenticação e assinatura de documentos com Cartão de Cidadão; disponibilizar autenticação através de

certificados próprios; garantir o backup diário da base de dados; recorrer a soluções alternativas para recuperação de dados em caso de crise; ou, garantir a realização de sessões de formação básica e gratuita.

Em paralelo, cada uma das entidades percorre um caminho no sentido da diferenciação, seja através de uma maior rapidez de upload e download de documentos, ambientes cada vez mais intuitivos e fáceis de usar, ou serviços complementares que permitam a gestão inteligente dos processos de compra, como a disponibilização de informação estatística, ou a possibilidade customização do ambiente de trabalho.

Certificação Digital Obrigatória

O acesso às plataformas eletrónicas de contratação é completamente gratuito, no entanto, requer uma certificação digital através de:

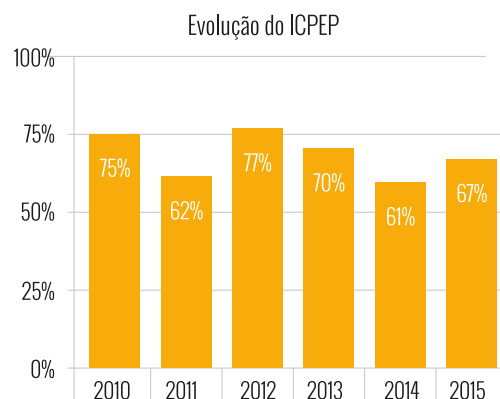
- **Assinatura Digital Qualificada:** O Cartão de Cidadão tem um certificado de assinatura que pode ser ativado pela cidadão titular, e ser utilizado, por exemplo, neste contexto. Em alternativa, existem entidades credenciadas que emitem Certificados Digitais Qualificados, com características específicas, que também podem ser usados para este efeito.

- **Validação Cronológica (selos temporais):** Para submissão de candidatura ou proposta é necessária a utilização de selos temporais, que validam a data de submissão. Estes selos têm um custo e podem ser adquiridos a empresas fornecedoras de serviços de validação cronológica ou diretamente às empresas gestoras de plataformas eletrónicas de contratação pública. Uma vez adquiridos, os selos podem ser utilizados em todas as plataformas, no prazo de 12 meses.

Em resultado desta evolução, as empresas responsáveis pelas plataformas eletrónicas de contratação, garantem que há cada vez mais entidades a recorrer ao e-Procurement. Mesmo aquelas que operam no setor privado, e não têm, por isso, obrigatoriedade de o fazer.

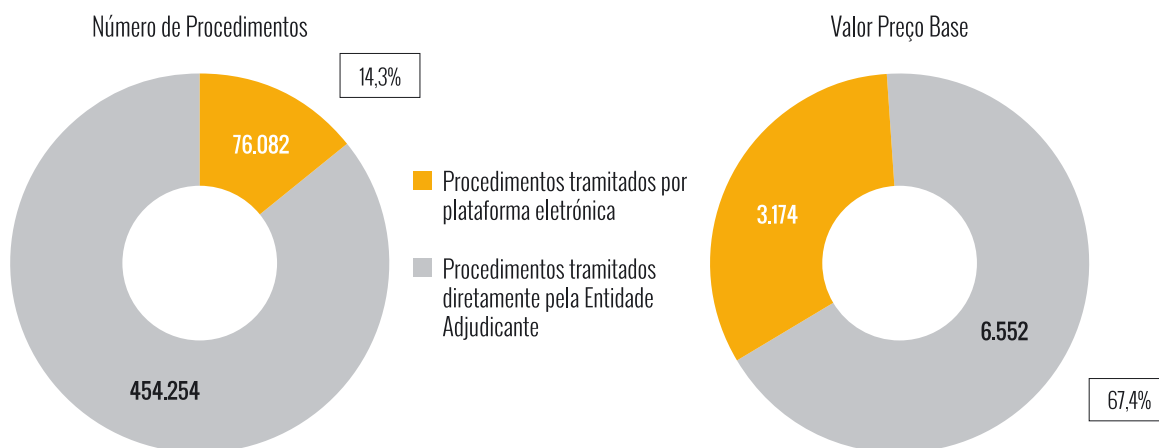
No que respeita ao setor público, a obrigatoriedade de contratação eletrónica exclui, atualmente, o ajuste direto – um procedimento pré-contratual através do qual a entidade adjudicante convida diretamente uma ou várias entidades à sua escolha a apresentar uma proposta. Pode recorrer-se a esta modalidade para contratos de empreitadas de obras públicas com valor inferior a 150 mil euros; aquisições de bens e serviços de valor inferior a 75 mil euros; e outros contratos de valor inferior a 100 mil euros.

Neste contexto, no ano 2015, de acordo com o Relatório “Contratação Pública em Portugal”, do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, o Índice de Contratação Pública Eletrónica em Portugal (ICPEP) – que monitoriza o peso da contratação pública tramitada através de plataformas eletrónicas de contratação



pública – foi de 67%. Este valor representa um aumento de 6 pontos percentuais, em relação ao ano anterior. Refira-se que o ICPEP pondera o número total de procedimentos e a representatividade dos mesmos, em termos de valores monetários inerentes.

Contratação pública eletrónica em Portugal em 2015: peso do número de procedimentos tramitados em Portugal



Fonte: portal BASE (março 2016)

Seguindo o exemplo português, a União Europeia (UE) também está a tornar, de forma gradual, a contratação eletrónica obrigatória, no setor público. O processo estará concluído em outubro de 2018. A partir daí, as empresas poderão apresentar propostas, por via eletrónica, a todas as autoridades adjudicantes na UE. Para isso foram criadas ferramentas digitais que simplificam o acesso aos concursos públicos:

- **O Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)** permite declarar, online, a situação financeira da uma empresa, assim como a sua capacidade e aptidão para um processo de adjudicação de contratos públicos, dispensando a apresentação de documentos originais, em fase de concurso. Apenas os vencedores do concurso terão de apresentar os documentos comprovativos.

- **E-Certis** é uma ferramenta que permite identificar e comparar os diferentes requisitos de certificação dos concursos públicos na UE. Para pesquisar na base de dados e-Certis, basta inserir a descrição do documento que procura e, em seguida, selecionar o país. As informações constantes da base de dados são facultadas pelas autoridades nacionais e atualizadas regularmente.

AcinGov: automatização de processos para poupar tempo



A AcinGov reconhece como suas principais preocupações “simplificar a aplicação das regras do CCP, evitando o cometimento de possíveis incorreções e falhas”, por parte das entidades públicas suas clientes, e “garantir a cobertura de todas as etapas e transações associadas à formação e execução de um contrato”.

A plataforma disponibiliza serviços de gestão de requisições, gestão de procedimentos (publicação, submissão, análise de propostas e adjudicação), gestão de contratos, gestão de encomendas, registo de entregas e faturação.

Como fatores de diferenciação, Nuno Jardim, porta-voz da empresa ACIN iCloud Solutions Lda, salienta o facto de ser “a única plataforma em Portugal que faz o preenchimento automático do anúncio no Diário da República Eletrónico,

e de anúncios de publicação ou adjudicação para o Jornal Oficial da União Europeia”.

A plataforma disponibiliza ainda, às entidades, a possibilidade de geração automática em formato PDF e Word, de Informação de Abertura do Procedimento, Ofício Convite, Caderno de Encargos e Programa de Procedimento, Relatório Preliminar e Relatórios Finais, Informação de Adjudicação e Minuta do Contrato.

Nuno realça que os utilizadores valorizam o facto de a AcinGov estar “recetiva a sugestões de melhoria, e, por isso, em constante desenvolvimento de novas funcionalidades”.

// www.acingov.pt



anoGov: uma plataforma à medida de cada um

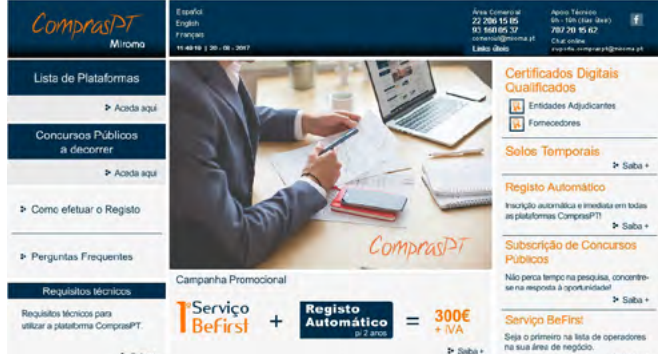
Os fornecedores podem esperar da anoGov um registo simples e automatizado, e um conjunto de serviços que vão desde alertas de Concursos Públicos para o mercado nacional e europeu à formação especializada, passando por uma área onde conseguem gerir todos os procedimentos nos quais são intervenientes.

Já as entidades públicas adjudicantes “têm possibilidade de personalização da sua página de entrada e parametrização da solução às suas especificidades, graças à flexibilidade da tecnologia usada na plataforma”, explica Manuel Amorim, CEO da Ano Software.

A plataforma contém também “um conjunto de interfaces que permitem a integração bidirecional com outras aplicações, de planeamento de recursos, gestão de compras e stocks, ou logística”.

Refira-se que, para além da plataforma de compras públicas, a empresa Ano Software oferece soluções de gestão documental e processual (FutureDoc), e de gestão integrada de recursos humanos, faturação e contabilidade (FutureERP), facilmente integráveis com a anoGov.

// anogov.com



Compras.pt: autenticação em qualquer lugar

A plataforma Compras.pt foi adquirida em 2011 pela empresa Miroma – Serviços e Gestão de Participações, Lda. e, à data, foi alvo de uma profunda remodelação para aumentar os níveis de segurança e proporcionar melhores funcionalidades.

De acordo com a diretora comercial da Miroma, Isabel Pacheco, a principal mais-valia da plataforma, neste momento, é o facto de “proporcionar um processo de autenticação simples, que dispensa instalações nos postos de trabalho, garantindo total mobilidade”. “Basta ter o cartão de cidadão e um posto de internet”, reforça.

Ainda para os fornecedores, a Compras.pt disponibiliza um conjunto de serviços adicionais para “Fornecedores Plus”. Optando por esta modalidade, o agente económico contará com um atendimento diferenciado, possibilidade de usar filtros de pesquisa avançada, hipótese de download em série, ou receção diária de uma lista de concursos públicos de interesse.

Para as entidades adjudicantes, destaca-se a possibilidade de customização do ambiente de trabalho na plataforma.

// www2.compraspt.com



SaphetyGov: aproximar operadores económicos e entidades públicas

Eficácia, redução de custos e promoção da competitividade são objetivos da SaphetyGov, de acordo com o diretor da unidade de negócio de compra eletrónica da Saphety, Pedro Costa.

Para isso, a plataforma proporciona às entidades públicas todos os serviços básicos de gestão processual e funcionalidades extra, como um calendário interativo,

com as tarefas pendentes do utilizador; um sistema de controlo dos limites dos ajustes diretos por operador económico; o cálculo automático de prazos; tratamento de erros e omissões; e assinatura eletrónica dos contratos.

Pedro Costa salienta que a Saphety tem ainda a intenção de “facilitar a integração e acesso das PME’s ao mercado nacional e europeu, permitindo, em simultâneo, que as entidades públicas tenham um maior conhecimento dos fornecedores existentes em cada ramo de negócio”.

Neste sentido, a plataforma disponibiliza planos com serviços avançados para as entidades económicas, que lhes permitem ter maior visibilidade, aproximando-as das entidades públicas. Subscrevendo estes planos, o fornecedor será, por exemplo, sugerido na seleção de empresas a convidar, ou receberá, diretamente, novas oportunidades de negócio.

// www3.saphety.com/pt/solutions/public-procurement



Vortal Gov: monitorizar poupança em tempo real

A plataforma de contratação pública Vortal Gov permite que as entidades públicas, suas clientes, monitorizem, em tempo-real, quanto estão a poupar em compras, através de um painel de controlo que analisa dados decorrentes do uso da plataforma; compara as propostas de novos fornecedores com as dos fornecedores habituais; e analisa valores nas diferentes categorias de compras.

Fazem também parte do portfólio de funcionalidade da plataforma, uma biblioteca de templates, um serviço de gestão de Acordos-Quadro e sistemas de aquisição dinâmicos.

Quanto aos fornecedores, a Vortal aposta na formação e no suporte técnico, através de eventos de networking, sessões de formação remota, webinars e um suporte técnico multicanal e multilingue.

Refira-se que a empresa Vortal é, neste momento, líder em contratação eletrónica a nível mundial, contando com clientes que vão desde pequenas a grandes entidades públicas e privadas.

// pt.vortal.biz/gov-setor-publico